

Rio Casca Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.597.979/0001-00

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	24.319	28.964	79.356	200.262	Contas a pagar e Fornecedores	10	25	-	111.096	158.519
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	53.054	-	66.279	104	Contas a pagar – Partes relacionadas	21	44.262	83.708	54.311	101.782
Contas a receber de clientes	5	-	-	145.271	121.571	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	19.124	13.671	140.626	129.340
Contas a receber – partes relacionadas	21	1.233	19.880	15.073	13.369	Passivo de arrendamento	9	-	-	1.443	7.296
Contas a receber – venda de participação	6	-	-	15.404	7.579	Obrigações sociais e trabalhistas		595	-	595	292
Despesas antecipadas		-	-	5.103	4.547	Impostos e contribuições a recolher		142	94	27.544	16.191
Estoques		-	-	6.303	4.455	Outras contas a pagar		339	129	584	891
Impostos e contribuições a recuperar		4.199	3.213	12.787	9.734	Total do passivo circulante		64.487	97.602	336.199	414.311
Dividendos a receber	21	7.347	12.544	-	-	Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores		191	-	7.318	-	Contas a pagar e Fornecedores	10	-	-	-	8.010
Outras contas a receber		10	219	82	6.864	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	428.721	415.168	2.388.027	2.421.040
Total do ativo circulante		90.353	64.820	352.976	368.485	Passivo de arrendamento	9	-	-	80.563	68.340
Não circulante						Provisão para demandas judiciais	13	-	-	200	-
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	-	-	103.665	112.830	Provisão para desmobilização	11	-	-	40.950	37.760
Contas a receber – venda de participação	6	-	-	7.850	13.734	Total do passivo não circulante		428.721	415.168	2.509.740	2.535.150
Depósitos judiciais		-	-	170	351	Patrimônio líquido					
Investimentos	7	1.863.916	2.022.827	-	-	Capital social	14	1.676.382	1.676.382	1.676.382	1.676.382
Imobilizado	8	-	-	3.807.512	3.984.358	Prejuízos acumulados		(215.321)	(101.335)	(215.321)	(101.335)
Ativo de direito de uso	9	-	-	69.744	71.924	Participação de acionistas não controladores	15	-	-	35.098	27.474
Total do ativo não circulante		1.863.916	2.022.997	3.989.122	4.183.497	Total do patrimônio líquido		1.461.061	1.575.047	1.496.159	1.602.521
Total do ativo		1.954.269	2.087.817	4.342.098	4.551.982	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.954.269	2.087.817	4.342.098	4.551.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	16	-	-	551.137	464.408
Custo de geração de energia	17	-	-	(367.430)	(314.141)
Lucro bruto				183.707	150.267
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(136)	(321)	(14.739)	(12.547)
Resultado com equivalência patrimonial	7	(59.268)	(83.563)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(1.969)	(585)	457	(1.646)
		(61.373)	(84.469)	169.425	136.074
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(61.373)	(84.469)	169.425	136.074
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	19	5.569	2.806	33.950	27.004
Despesas financeiras	19	(58.182)	(20.230)	(279.055)	(243.671)
		(52.613)	(17.424)	(245.105)	(216.667)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(113.986)	(101.893)	(75.680)	(80.593)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	20	-	-	(39.133)	(22.021)
Prejuízo do exercício		(113.986)	(101.893)	(114.813)	(102.614)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(113.986)	(101.893)	(113.986)	(101.893)
Acionistas não controladores	15	-	-	(827)	(721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício		(113.986)	(101.893)	(114.813)	(102.614)
Total de resultados abrangentes do exercício		(113.986)	(101.893)	(114.813)	(102.614)
Total dos resultados abrangentes atribuíveis ao:					
Acionistas controladores		(113.986)	(101.893)	(113.986)	(101.893)
Acionistas não controladores		-	-	(827)	(721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(113.986)	(101.893)	(75.680)	(80.593)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa					
Depreciação do ativo imobilizado	8	-	-	188.315	189.421
Baixa de ativo imobilizado	8 e 18	-	-	221	5.603
Baixa de contrato de arrendamento	9	-	-	(135)	-
Amortização de ativo de direito de uso	9	-	-	2.780	3.117
Juros sobre passivo de arrendamento	9	-	-	6.562	5.800
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	52.226	14.571	251.729	220.018
Amortização de despesa de contratação	12	1.408	459	1.424	478
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de Mais-Valia	7	59.268	83.563	-	-
Provisão para demandas judiciais	13	-	-	200	-
Atualização da provisão para desmobilização	11	-	-	3.190	2.946
Venda de participação em controlada	1.3	-	-	(1.729)	-
Encargos financeiros na venda de participação	6	-	-	(2.575)	(3.138)
Estorno encargos financeiros na venda de participação		-	-	-	4.234
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(23.700)	(76.183)
Contas a receber – partes relacionadas		18.647	8.888	(1.585)	-
Despesas antecipadas		-	-	(556)	(4.547)
Estoques		-	-	(1.848)	(3.250)
Adiantamentos a fornecedores		(190)	-	(7.818)	971
Impostos e contribuições a recuperar		(986)	356	(3.053)	2.800
Depósitos judiciais		170	-	300	(161)
Outros		207	(195)	6.782	(5.171)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar e Fornecedores		25	33.150	(55.433)	112.140
Contas a pagar – Parte relacionada		(39.446)	-	(47.471)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		595	-	303	(383)
Impostos e contribuições a recolher		48	77	46	(5.630)
Outras contas a pagar		210	128	(307)	697
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		-	-	(27.826)	(19.047)
(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	12	(28.462)	-	(155.848)	(100.645)
(+) Dividendos recebidos		14.617	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(35.649)	39.104	56.788	249.477
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Caixa restrito e depósitos restituíveis		(53.054)	-	(57.010)	6.561
Aumento de capital em empresas investidas	7	(18.300)	(21.875)	-	-
Redução de capital em empresas investidas	7	108.524	11.998	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	-	-	(11.688)	(13.930)
Recebimento da venda de JUBA19 e JUBA 20	6	-	-	7.946	7.579
Recebimento da venda de JUBA14	6	-	-	4.808	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		37.170	(9.877)	(55.944)	210
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	440.000	-	440.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	12	(5.747)	-	(118.613)	(111.848)
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	9	-	-	(718)	(8.890)
Custo de contratação de empréstimos e financiamentos	12	(419)	(26.191)	(419)	(26.191)
Dividendos pagos a acionistas controladores		-	(10.601)	-	(10.601)
Redução de capital		-	(427.082)	-	(427.082)
Redução de capital para acionistas não controladores		-	-	(2.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.166)	(23.874)	(121.750)	(144.612)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(4.645)	5.353	(120.906)	105.075
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		28.964	23.611	200.262	95.187
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		24.319	28.964	79.356	200.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.148.464	558	7.951	-	2.156.973	2.185.868
Redução de capital	14	(472.082)	-	-	(472.082)	(700)	(472.782)
Dividendo para os controladores	14	-	-	(7.951)	(7.951)	-	(7.951)
Absorção dos prejuízos		-	(558)	558	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(101.893)	(101.893)	(721)	(102.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.676.382	-	(101.335)	1.575.047	27.474	1.602.521
Redução de capital		-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Venda de participação	6	-	-	-	-	10.451	10.451
Prejuízo do exercício		-	-	(113.986)	(113.986)	(827)	(114.813)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.676.382	-	(215.321)	1.461.061	35.098	1.496.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Companhia Rio Casca Energética S.A. (“Controladora”, “Companhia” e “Grupo” quando em conjunto com suas controladas) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de março de 2008, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Birrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Jacarepaguá, CEP 22775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, que tem por objetivo a participação em outras entidades como sócia, quotista ou acionista, em especial em entidades que tenham como objeto, atividades relacionadas a exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. As controladas da Companhia atuam no segmento de construção, implantação, manutenção, operação e exploração de Parques Solares e Parques Eólicos. Complexo Solar Janaúba:

Central fotovoltaica	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	50,00	8465/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	50,00	8466/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	50,00	8467/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	50,00	8468/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	50,00	8469/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	50,00	8470/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	50,00	8471/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	50,00	8472/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	50,00	8473/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	50,00	8474/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	50,00	8475/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	50,00	8476/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	50,00	8477/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	50,00	8478/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	50,00	8479/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	50,00	8480/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	50,00	8481/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	50,00	8482/2019	Dez/2054	Janaúba-MG
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	50,00			

Rio Casca Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.597.979/0001-00

... continuação

Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture: Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva. **IFRS S1 – Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgação Climática:** Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. **2.8. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3. Caixa e equivalentes de caixa – O Grupo considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo do Grupo. Os montantes registrados são imediatamente convertíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	22	13	10.017	28.998
Aplicações financeiras	24.297	28.951	69.339	171.264
Total	24.319	28.964	79.356	200.262

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 97% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	21.886	26.809	64.872	78.215
Banco BTG Pactual	Fundo DI (BKFD)	CDI	2.411	2.142	4.452	93.049
Banco do Nordeste Brasil S.A.	CDB	CDI	-	-	15	-
Total			24.297	28.951	69.339	171.264

4. Caixa restrito e depósitos restituíveis – Correspondem a recursos monetários que não estão disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados nas seguintes categorias: **Conta centralizadora do serviço da dívida:** Conta Centralizadora do Citibank, o saldo em conta corrente vinculado às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. vinculado às obrigações com ambos os bancos. A conta foi constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos e só pode ser movimentada pelo Citibank, que mensalmente reserva o valor para pagamento da próxima prestação da dívida, e em seguida transfere todos os recursos remanescentes para a conta livre movimento. **Conta reserva de garantia:** Depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Nordeste (BNB), referente à manutenção do fundo de liquidez em conta reserva especial, que permanecerá bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

Caixa restrito de curto prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Itaú Unibanco S.A.	Reserva de dívida	CDI	53.054	-	53.054	-
Total			53.054	-	53.054	-

Caixa restrito de longo prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Banco Bradesco S.A.	Conta Corrente	CDI	-	-	-	104
Itaú Unibanco S.A.	Reserva de dívida	CDI	53.054	-	53.054	-
Citibank	Reserva de dívida	CDI	13.225	-	13.225	-
Total			66.279	-	66.279	104

5. Contas a receber de clientes – Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para o Grupo em valor igual ao registrado. Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pelo Grupo, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes. As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de energia elétrica – Não faturado	-	-	19.084	20.126
Venda de energia elétrica – Faturado	-	-	11.294	462
Autoprodução – Faturado	-	-	15.435	92.593
Autoprodução – Provisão	-	-	16.695	-
Contas a receber – CCEE	-	-	3.298	3.021
Contas a receber	-	-	5.047	5.369
Contas a receber – Curtailment	-	-	16.491	-
Contas a receber – Reembolso curtailment (a)	-	-	57.927	-
Total	-	-	145.271	121.571

(a) Com a promulgação da Lei nº 15.269/2025, foi assegurado às empresas o direito de recalcular os saldos a serem reembolsados pela CCEE, decorrentes dos cortes de energia ocorridos no período de setembro de 2023 até a data-base deste relatório. Embora a nova metodologia de cálculo e os valores estimados de reembolso já tenham sido divulgados até a data de emissão desta demonstração financeira, ainda não foram definidos os critérios, prazos e procedimentos para o efetivo recebimento desses saldos.

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo a vencer	-	-	125.407	110.922
Saldo vencido até 30 dias	-	-	4.990	2.435
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	-	14.874	8.214
Total	-	-	145.271	121.571

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber. A Administração não prevê a constituída de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que o Grupo opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

6. Contas a receber – venda de participação

	Consolidado	
	2025	2024
Venda de participação – Curto prazo	15.404	7.579
Venda de participação – Longo prazo	7.850	13.734
Total	23.254	21.313

Venda de participação societária de 10% da Janaúba XIX e Janaúba XX de Santo Afonso para a Ligas de Alumínio S.A. (LIASA) concluída no dia 26 de dezembro de 2022. O preço de aquisição da operação foi de R\$14.500 para Janaúba XIX e R\$14.500 para Janaúba XX. O valor será liquidado em 60 parcelas mensais e atualizado mensalmente por IPCA, acrescido de spread de 12% a.a. Em 25 de setembro de 2025 a Companhia Janaúba Holding S.A. assinou um contrato de compra e venda com a empresa Zaraplast S.A. que tem como objeto a alienação de 12.019.648 ações da Controlada Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A., pelo montante de R\$10.451. O valor será liquidado em 10 parcelas mensais e atualizado mensalmente por IPCA, acrescido da SELIC. Ao longo do exercício de 2025, a Companhia recebeu R\$12.754 referentes às transações, sendo R\$7.946 provenientes do recebimento pela venda das participações de Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A. e Janaúba XX Geração Solar Energia S.A. e R\$4.808 referentes ao recebimento da venda de Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A. Foram reconhecidos R\$2.575 como atualização monetária em 31 de dezembro de 2025 e R\$3.138 em 31 de dezembro de 2024 (Nota 19).

7. Investimento – Os investimentos da Companhia em controladas e controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme

o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação de uma entidade do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da entidade no prejuízo de uma controlada excede a participação da entidade naquela investida (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da entidade na investida), a entidade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a entidade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da investida. As exigências do CPC 48 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável

	Participação sobre o capital		Patrimônio líquido investida		Prejuízo do exercício		Valor dos Investimentos – Controladora		Equivalência patrimonial	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Investimento Janaúba Holding S.A.	100,00%	100,00%	1.129.915	1.190.989	(79.374)	(90.293)	1.129.915	1.190.989	(79.374)	(90.293)
Santo Afonso Energética S.A.	100,00%	100,00%	734.001	831.838	20.106	6.730	734.001	831.838	20.106	6.730
Total			1.863.916	2.022.827	(59.268)	(83.563)	1.863.916	2.022.827	(59.268)	(83.563)

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir

Investimento	Saldo em 2024		Equivalência patrimonial		Redução de capital		Aumento de capital		Dividendos		Saldo em 2025	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Janaúba Holding S.A.	1.190.989	-	(79.374)	-	-	-	18.300	-	-	-	1.129.915	-
Santo Afonso Energética S.A.	831.838	-	20.106	-	(108.524)	-	-	-	(9.419)	-	734.001	-
Total	2.022.827	-	(59.268)	-	(108.524)	-	18.300	-	(9.419)	-	1.863.916	-

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir

Investimento	Saldo em 2023		Equivalência patrimonial		Redução de capital		Aumento de capital		Dividendos		Saldo em 2024	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Janaúba Holding S.A.	1.257.407	-	(90.293)	-	-	-	23.875	-	-	-	1.190.989	-
Santo Afonso Energética S.A.	858.418	-	6.730	-	(31.543)	-	-	-	(1.767)	-	831.838	-
Total	2.115.825	-	(83.563)	-	(31.543)	-	23.875	-	(1.767)	-	2.022.827	-

As principais informações sobre as controladas estão demonstradas a seguir

	2025		2024	
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Janaúba Holding S.A.	1.191.514	61.599	1.129.915	(90.293)
Santo Afonso Energética S.A.	780.817	46.816	734.001	6.730

8. Imobilizado – É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. O Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pelo Grupo. Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada. **Método de depreciação:** Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens. O Grupo efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

	2025		2024	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos	-	-	-
Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment):	O Grupo revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O Grupo analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. A diretoria avaliou e concluiu que não há indicativos de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira consolidada:	-	-	-

Em serviço

	2025		2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	4.203.176	(577.925)	3.625.251	3.844.733
Edificações, obras civis e benfeitorias	139.210	(16.378)	122.832	89.924
Provisão para desmobilização	31.782	(3.104)	28.678	29.666
Total	4.374.168	(597.407)	3.776.761	3.964.323

Em curso

	2025		2024	
	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento
Estoque de ativo fixo	8.923	-	8.923	7.787
Bens em andamento	21.828	-	21.828	12.248
	30.751	-	30.751	20.035
Total	4.404.919	(597.407)	3.807.512	3.984.358

Transfere-rências Baixas

	2024		2025	
	Adição	2024	Adição	2025
Custo	2.424.912	-	(40.742)	-
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	4.243.912	-	(40.742)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	97.728	-	41.482	-
Provisão para desmobilização	31.782	-	-	31.782
	4.373.422	-	740	-
Total	4.374.162	-	4.374.162	-

Em curso

	2023		2024	
	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento
Estoque de ativo fixo	7.787	1.361	-	(221)
Bens em andamento	12.248	10.327	(740)	-
	20.035	11.688	(740)	(221)
Total	4.393.457	11.688	(221)	4.404.924

Transfere-rências Baixas

	2024		2025	
	Adição	2024	Adição	2025
Custo	(399.179)	(178.749)	-	-
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	(399.179)	(178.749)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7.804)	(8.576)	-	(16.380)
Provisão para desmobilização	(2.114)	(990)	-	(3.104)
Total	(409.097)	(188.315)	-	(597.412)

Transfere-rências Baixas

	2023		2024	
	Adição	2023	Adição	2024
Custo	4.240.964	-	2.948	-
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	4.240.964	-	2.948	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	97.728	-	-	97.728
Provisão para desmobilização	31.780	-	-	31.782
	4.370.472	-	2.948	-

Em curso

	2023		2024	
	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento
Estoque de ativo fixo	8.367	2.415	18	(3.013)
Bens em andamento	6.289	11.515	(2.966)	(2.590)
	14.656	13.930	(2.948)	(5.603)
Total	4.385			

Rio Casca Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.597.979/0001-00

... continuação

Credor	Modalidade	Encargos	2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Mercado de capitais	Debêntures	IPCA + 7,14% a.a.	9.869	222.414	7.915	214.206
Mercado de capitais	Debêntures	IPCA + 7,50% a.a.	9.255	206.307	5.756	200.962
Total			19.124	428.721	13.671	415.168

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures nos respectivos exercícios é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	454.571	-	2.576.455	2.128.930
Captação	-	440.000	-	440.000
Juros provisionados (Nota 19)	52.226	14.571	251.729	220.018
Pagamento de juros	(28.462)	-	(155.848)	(100.645)
Amortização de principal	(5.747)	-	(118.613)	(111.848)
Saldo antes das despesas de contratação	472.588	454.571	2.553.723	2.576.455
Saldo inicial	(25.732)	-	(26.075)	-
Amortização das despesas de contratação	1.408	459	1.424	478
Despesa sobre novas captações	(419)	(26.191)	(419)	(26.191)
Despesa de contratação acumulada	-	-	-	(362)
Total das despesas de contratação	(24.743)	(25.732)	(25.070)	(26.075)
Saldo final dos empréstimos, financiamentos e debêntures	447.845	428.839	2.528.653	2.550.380

Debêntures: Em 15 de agosto de 2024, a Rio Casca Energética S.A. efetuou sua segunda emissão de debêntures, em duas séries, nos termos da Resolução do CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, com o propósito de destinar os recursos captados para o financiamento e/ou reembolso de gastos e despesas e/ou a amortização de financiamentos de curto prazo relacionados à implementação do projeto, composto pelas UFVs Janaúba XV, Janaúba XVI, Janaúba XVII, Janaúba XVIII, Janaúba XIX e Janaúba XX. As debêntures da primeira série são compostas por 240 mil debêntures, no valor de R\$240 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$1 mil reais, remuneradas pelo IPCA acrescido da taxa de 7,14% a.a., com data de vencimento em 15 de agosto de 2038, com amortização semestralmente de principal e juros, a partir de 15 de fevereiro de 2025. As debêntures da segunda série são compostas por 200 mil debêntures, no valor de R\$200 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$1 mil reais, remuneradas pelo IPCA acrescido da taxa de 7,50% a.a., com data de vencimento em 15 de agosto de 2043, com amortização semestralmente de principal e juros, a partir de 15 de fevereiro de 2025. As debêntures possuem garantias do Power IV Fundo de Investimento em Participações, como fiador, além de alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios. Na escritura de emissão, há a obrigação de apuração e manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") Consolidado de, no mínimo, 1,10 vezes, a cada encerramento de exercício, a partir de 31 de dezembro de 2025. Ademais, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas. Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("covenants não financeiros"). **Empréstimos e financiamentos – BNDES:** As controladas possuem financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), remunerada pelo IPCA acrescido da taxa de 5,21% a.a., com data de vencimento em 15 de abril de 2045, e amortização e pagamento de juros mensal. No contrato de financiamento, há a obrigação de apuração do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) Consolidado de, no mínimo, 1,3 vezes, a cada encerramento de exercício, e da manutenção do saldo mínimo do serviço da dívida, correspondente a 6 (seis) vezes o valor da prestação da dívida de cada controlada. Ademais, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas. Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("covenants financeiros e não financeiros"). **Empréstimos e financiamentos – BNB:** As controladas das SPEs XV a XVIII possuem financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), remunerado pelo IPCA acrescido da taxa de 5,39% a.a., com data de vencimento em 15 de junho de 2045, e amortização mensal de principal e juros. No contrato de financiamento, existem obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado, as quais são constantemente monitoradas. **Garantias:** As garantias aos financiamentos são prestadas pela Janaúba Holding S.A., Elera Renováveis S.A. e pela Rio Casca Energética S.A., no qual compreendem fianças bancárias, contas reservas, penhor dos ativos e ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

13. Provisão para demandas judiciais – As provisões existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria do Grupo classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **Perda provável:** São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. **Perda possível:** São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. **Perda remota:** São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A diretoria do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. A Diretoria do Grupo realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2025. Os saldos das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Riscos trabalhistas	-	-	200	-
Total	-	-	200	-

A movimentação das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Adição	-	200	-	200
31 de dezembro de 2025	-	200	-	200

Ainda em relação às Controladas diretas e indiretas, segue abaixo o resumo por natureza, dos processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	2025	2024
Riscos cíveis	201.177	135.818
Riscos trabalhistas	106	50
Riscos ambientais	17	20
Riscos tributários	8.584	7.706
Total	209.884	143.594

Ações cíveis: Em 31 de dezembro de 2025, existe um processo cível classificado como perda possível, no montante de R\$201.177 (R\$135.818 em 31 de dezembro de 2024), referente a dois procedimentos arbitrais. Em 31 de dezembro de 2025, as Janaúbas I a X discutem judicialmente contra a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") o afastamento da aplicação do mecanismo de "ressarcimento" e suas respectivas glosas, bem como o reconhecimento da possibilidade de cumprimento do contrato mediante aquisição de energia de terceiros no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 20 de novembro de 2018 ("PPA"). Conforme avaliação da Companhia e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda para fins de prognóstico contábil é possível, com isso, o montante de R\$59.567. **Ações trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2025, existe um processo classificado como perda possível, no montante de R\$106 (R\$50 em 31 de dezembro de 2024), referente a reclamações trabalhistas. **Ações ambientais:** Em 31 de dezembro de 2025, existem contingências classificadas como perda possível no montante de R\$17 (R\$20 em 31 de dezembro de 2024), referente a atuação administrativa ambiental. **Ações admin./Judic. Tributário:** Em 31 de dezembro de 2025 existem processos classificados como perda possível no montante de R\$8.584 (R\$7.706 em 31 de dezembro de 2024), referentes a processos administrativos tributários e autos de infração regulatórios.

14. Patrimônio líquido atribuível a controladora – Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.676.382 (R\$1.676.382 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 45.104.090.614 (quarenta e cinco bilhões, cento e quatro milhões, noventa mil e seiscentos e quatorze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 26 de setembro

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladora	9.869	222.414	7.915	214.206
Controladora	9.255	206.307	5.756	200.962
Consolidado	19.124	428.721	13.671	415.168

de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R\$440.000, sem alteração na quantidade de quotas. Em 19 de agosto de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R\$27.082, sem alteração na quantidade de quotas. Em 26 de julho de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R\$5.000, sem alteração na quantidade de quotas. Dessa forma, perfazendo o total de R\$472.082 como redução de capital no exercício de 2024, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimentos da Companhia. **Dividendos:** O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 22 de março de 2024, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor R\$7.951. **Reservas de Lucros:** **Reserva legal:** O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2024 o saldo de R\$558 foi absorvido em sua totalidade conforme determina o artigo 200 da Lei nº 6.404/76 em decorrência de prejuízos acumulados. **Reserva de retenção de lucros:** O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. O lucro remanescente após compensação dos prejuízos, constituição da reserva legal, distribuição do dividendo mínimo obrigatório e possível valor destinado pela Assembleia Geral para a distribuição de dividendos complementares limitados a 25% do lucro líquido ajustado após as deduções supracitadas e/ou para outras reservas de lucros que se façam necessárias, deverá ser destinado à Reserva de Retenção de Lucros. Conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

15. Participação de acionistas não controladores – A participação de acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Empresa	Participação do acionista não controlador		Patrimônio líquido (Prejuízo)		Resultado líquido	
	%	Valor	2025	2024	2025	2024
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	12,43%	93.062	(7.999)	10.487	36	-
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	123.200	(3.955)	12.320	(395)	-
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	122.910	(4.685)	12.291	(468)	-
Total			35.098	(827)		

Participação de acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2024:

Empresa	Participação do acionista não controlador		Patrimônio líquido (Prejuízo)		Resultado líquido	
	%	Valor	2025	2024	2025	2024
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	137.150	(3.331)	13.715	(333)	-
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	137.585	(3.883)	13.759	(388)	-
Total			27.474	(721)		

16. Receita operacional líquida – Reconhecimento da receita: A receita operacional do Grupo é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. **Venda de energia elétrica:** A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O contrato do Grupo possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, o Grupo tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) O Grupo não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. **Receitas com contratos de autoprodução de energia:** A receita proveniente de contratos de autoprodução é reconhecida na realização dos termos dos contratos de arrendamento de equipamentos e de terrenos necessários para a operação dos clientes autoprodutores. A receita dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pelo Grupo. Essas receitas correspondem aos custos de arrendamento de terrenos e de gestão de operação e manutenção, adicionados de uma margem bruta residual. **Receita não faturada:** As controladas da Companhia registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer o uso de certas estimativas. **Curtaimento:** Em 25 de novembro de 2025, foi convertida em Lei nº 15.235/2025 a Medida Provisória nº 1.300/2025, promovendo ajustes no marco regulatório do setor elétrico. Entre as várias medidas estabelecidas, foram instituídos mecanismos de compensação financeira aplicáveis aos cortes de geração impostos pelo ONS ("curtailment") de usinas eólicas e solares, classificados como indisponibilidade externa ou restrições de confiabilidade elétrica. As regras de compensação contemplam tanto os eventos ocorridos no período de 01 de setembro de 2023 a 25 de novembro de 2025, quanto aqueles verificados após 25 de novembro de 2025. O objetivo desse mecanismo é recompor os efeitos econômicos decorrentes de eventos externos que restringiram involuntariamente a capacidade de geração das usinas. Nos termos da legislação, o reconhecimento do direito econômico exige manifestação inequívoca de adesão da entidade às condições previstas, incluindo a renúncia a eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. Tal compromisso pode ser evidenciado pela assinatura de termo de compromisso ou por decisão administrativa documentada. A diretoria do Grupo manifestou, em 22 de janeiro de 2026, a adesão ao mecanismo de compensação. Considerando-se a data de promulgação da referida legislação, conclui-se que as condições que fundamentam o reconhecimento do reembolso já existiam em 31 de dezembro de 2025. Com base nesse arcabouço regulatório, o Grupo reconheceu na rubrica de receita líquida, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$55.331, correspondente ao direito de ressarcimento dos eventos de curtaimento desde 01 de setembro de 2023, cujo direito contratual ao recebimento passou a existir após a aprovação da Lei nº 15.235/2025. O valor foi mensurado com base em dados operacionais validados pelo ONS e nas regras de contabilização e liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita operacional bruta	323.184	257.426
Fornecimento de energia	172.383	119.880
Venda de energia elétrica – partes relacionadas (Nota 21)	71.968	101.151
Receitas com contratos de autoprodução de energia	172.383	119.880
Resultado com MRE e CCEE	2.934	3.402
Serviços de compartilhamento de linha de transmissão	1.660	-
Subtotal	572.129	481.859

	Consolidado	
	2025	2024
Deduções da receita operacional bruta	(3.415)	(3.108)
PIS	(15.764)	(14.343)
COFINS	(1.813)	-
ISS	(20.992)	(17.451)
Total deduções	(551.137)	(464.408)

17. Custos e das despesas por natureza – Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica	1.675	-	1.675	-
Compra de energia – partes relacionadas (Nota 21)	-	(7.040)	(7.040)	(10.970)
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	-	-	-	-
Royalties ANEEL	(53.643)	(60.201)	(53.643)	(60.201)
Posquitas e desenvolvimento	(6)	(6)	(6)	(6)
Total custo do serviço de energia elétrica	(59.014)	(71.177)	(59.014)	(71.177)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo com operação	-	-	(420)	(285)
Impostos, licenças e taxas	-	-	(420)	(285)
Comissão de vendas	-	-	(5.219)	-
Viagens	-	-	(505)	(435)
Serviços de terceiros	-	-	(8.094)	(7.574)
Seguros	-	-	(4.533)	(7.043)
Pessoal	-	-	(6.145)	(4.484)
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 8)	-	-	(188.315)	(189.421)
Amortização do Ativo de direito de uso (Nota 9)	-	-	(2.780)	(3.117)
Manutenção	-	-	(1.710)	(1.311)
MRE/ CCEE	-	-	(90.199)	(27.649)
Telecomunicações	-	-	(66)	(220)
Promoção e publicidade	-	-	(287)	(496)
Outros	-	-	(143)	(929)
Total custo com a operação	-	-	(308.416)	(242.964)

Total de custos de geração de energia

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais	(25)	-	(4)	(1)
Viagens	(25)	-	(4)	(1)
Serviços de terceiros	(92)	(214)	(5.010)	(4.474)
Seguros	-	-	(1.219)	-
Pessoal	-	(79)	(178)	(110)
Serviços de administração – Parte relacionada (Nota 21)	-	-	(8.283)	(7.759)
Promoção e Publicidade	(19)	(28)	(45)	(191)
Outros	-	-	-	(12)
Total despesas gerais e administrativas	(136)	(321)	(14.739)	(12.547)

18. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Baixa de ativos (Nota 8)	-	-	(221)	-
Custo com aquisições	(253)	-	(253)	-
Recuperação de despesas	-	-	-	3.721
Estorno atualização monetária	-	-	-	(4.234)
Ganho na venda de participação (Nota 1.3)	-	-	1.729	-
Outros	(1.716)	(585)	(798)	(1.133)
Total	(1.969)	(585)	457	(1.646)

19. Resultado Financeiro – O Grupo reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas com aplicações financeiras	5.569	2.549	31.375	23.570
Receita com juros (Nota 6)	-	-	2.575	3.138
Outras receitas	-	257	-	296
Total	5.569	2.806	33.950	27.004

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024

Rio Casca Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.597.979/0001-00

... continuação

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A. (a)	31	-	-	-
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A. (a)	31	-	-	-
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A. (a)	94	-	-	-
Janaúba Holding S.A. (a)	3	-	-	-
Ligas de Alumínio S.A. (a)	-	-	8.716	-
Elera Gestão e Energia S.A. (a)	-	5.619	10.155	-
Elera Renováveis S.A. (a)	144	211	-	-
Complexo Solar Seridó I S.A. (a)	-	-	1.741	-
Alex I Energia S.A. (a)	-	-	794	-
Janaúba Fase II Geração Solar Ltda (a)	48	-	48	-
Pontal 3B Energia S.A. (a)	-	55	-	55
Irapuru VII Energia S.A. (a)	-	-	156	-
Irapuru VI Energia S.A. (a)	-	-	17	-
Irapuru V Energia S.A. (a)	78	-	94	244
Irapuru III Energia S.A. (a)	-	-	17	-
Irapuru II Energia S.A. (a)	-	-	33	-
Irapuru I Energia S.A. (a)	-	-	17	-
Irapuru Holding S.A. (a)	145	129	145	129
Outros (a)	-	-	-	99
Total	1.233	19.880	15.073	13.369
Venda de participação:				
Ligas de Alumínio S.A.				
(b)	15.796	21.313	15.796	21.313
Zaroplast S.A.				
(b)	7.458	-	7.458	-
Total	23.254	21.313	23.254	21.313
Dividendos a receber:				
Santo Afonso Energética S.A.				
(c)	4.792	1.849	-	-
Janaúba Holding S.A.				
(c)	2.555	10.695	-	-
Total	7.347	12.544	-	-
Passivo – Contas a pagar:				
Elera Renováveis S.A.				
(d)	16.578	11.024	18.036	14.192
Elera Renováveis Participações S.A.				
(d)	-	-	-	13.914
São Luiz Energética S.A.				
(d)	-	-	-	945
Elera Gestão e Energia S.A.				
(d)	-	-	8.580	-
Energia Sustentável Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				
(d)	27.684	72.684	27.684	72.684
Pontal Holding S.A.				
(d)	-	-	11	47
Total	44.262	83.708	54.311	101.782
Receita – Venda de energia:				
Elera Gestão e Energia S.A.				
(e)	-	-	71.770	62.409
Elera Renováveis S.A.				
(e)	-	-	-	1.080
Liga de Alumínios S.A. – LIASA				
(e)	-	-	198	37.662
Total (Nota 16)	-	-	71.968	101.151
Custo – Compra de energia:				
Elera Gestão e Energia S.A.				
(f)	-	-	7.040	10.879
Elera Energia Renovável S.A.				
(f)	-	-	-	91
Total (Nota 17)	-	-	7.040	10.970

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de ADM:				
Elera Energia Renovável S.A.				
(g)	-	-	8.283	7.759
Total (Nota 17)	-	-	8.283	7.759
Despesa financeira:				
Elera Energia Renovável S.A.				
(h)	5.526	5.526	5.526	5.526
Total (Nota 19)	5.526	5.526	5.526	5.526

(a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica e reembolso de despesa; (b) Venda de participação de controladas; (c) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Companhia; (d) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica; (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo; (f) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo; (g) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M; (h) Despesas financeiras de outras empresas do grupo; Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

22. Cobertura de seguros – O Grupo tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado a medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025, para as empresas controladas pela Companhia é de R\$2.729.438 (R\$2.729.438 em 2024) para os bens vinculados à autorização. A apólice de seguro mantida pelo Grupo tem como proponente principal a Alex I Energia SPE S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as eólicas, solares e hidrelétricas da Companhia. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$400.000 (R\$400.000 em 31 de dezembro de 2024). As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco – Análise dos instrumentos financeiros: O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. **Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:** Os ativos financeiros do Grupo são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora			Consolidado		
	2025		Total	2024		Total
	Custo amortizado	A valor justo por meio de Resultado		Custo amortizado	A valor justo por meio de Resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	22	-	22	13	-	13
Aplicações financeiras	-	24.297	24.297	-	28.951	28.951
Contas a receber – partes relacionadas	1.233	-	1.233	19.880	-	19.880
Depósitos judiciais	-	-	-	170	-	170
Dividendos a receber	7.347	-	7.347	12.544	-	12.544
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	53.054	53.054	-	-	-
Outras contas a receber	10	-	10	219	-	219
Total	8.612	77.351	85.963	32.826	28.951	61.777
Consolidado						
Ativos financeiros	2025			2024		
	A valor justo por meio de Resultado		Total	A valor justo por meio de Resultado		Total
	Custo amortizado	A valor justo por meio de Resultado		Custo amortizado	A valor justo por meio de Resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	23.242	-	23.242	-	-	23.242
Aplicações financeiras	-	69.339	69.339	-	171.264	171.264
Contas a receber de clientes	145.271	-	145.271	121.571	-	121.571
Contas a receber – Partes relacionadas	15.073	-	15.073	13.369	-	13.369
Contas a receber – venda de participação	23.254	-	23.254	21.313	-	21.313
Depósitos judiciais	351	-	351	651	-	651
Depósitos restituíveis e Caixa restrito	-	156.719	156.719	-	112.934	112.934
Outras contas a receber	82	-	82	6.864	-	6.864
Total	234.665	226.058	460.723	192.766	284.198	476.964

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2025		2024	
	Amortizado	Total	Amortizado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	25	25	-	-
Contas a pagar – Partes relacionadas	44.262	44.262	83.708	83.708
Empréstimos, financiamentos e debêntures	447.845	447.845	428.839	428.839
Outras contas a pagar	339	339	129	129
Total	492.132	492.132	512.676	512.676
Consolidado				
Passivos financeiros	2025		2024	
	A valor justo por meio de Resultado		A valor justo por meio de Resultado	
	Custo Amortizado	Total	Custo Amortizado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	209.621	209.621	166.529	166.529
Contas a pagar – Partes relacionadas	54.311	54.311	101.782	101.782
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.528.653	2.528.653	2.550.380	2.550.380
Passivo de arrendamento	82.006	82.006	75.636	75.636
Outras contas a pagar	584	584	891	891
Total	2.875.175	2.875.175	2.895.218	2.895.218

Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: a) No mercado principal para o ativo ou passivo; b) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participan-

tes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. O Grupo classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: • **Nível 1:** a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente. • **Nível 3:** a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. Os instrumentos financeiros do Grupo mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração. **Gestão de risco:** As operações financeiras do Grupo são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. A política do Grupo estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades. Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio do Grupo são: *i) Risco de crédito:* Os instrumentos financeiros que sujeitam o Grupo a riscos de crédito referem-se às indisponibilidades e às contas a receber. O Grupo possui caixa e equivalente de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de rating é BB, conforme avaliação da agência S&P. O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado. *ii) Risco de liquidez:* Representa o risco de escassez e dificuldade do Grupo honrar suas dívidas. O Grupo procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa

para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. *iii) Risco de taxa de juros:* Refere-se ao risco do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas, em contrapartida impactará na remuneração do caixa do Grupo. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretrix conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros. A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") poderá ter impacto adverso no resultado do Grupo na medida em que pode inibir o crescimento econômico do país e, consequentemente, do setor elétrico. Ressalte-se também que o Grupo possui debêntures indexadas a taxas de juros pós fixadas ficando, portanto, os fluxos de pagamento dessas dívidas expostos às flutuações das taxas de juros. Diante desse cenário, o Grupo está exposto a um risco financeiro associado a taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro de seus passivos financeiros. Por outro lado, o Grupo possui instrumentos financeiros ativos, como caixa e equivalentes de caixa onde tais recursos financeiros são mantidos em instituições financeiras remunerados pela taxa de depósitos interbancários (DI), atenuando o impacto no resultado decorrente do aumento dos passivos financeiros do Grupo. *iv) Risco de vencimento antecipado de empréstimos, financiamentos e debêntures:* Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos do Grupo, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela diretoria por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendidos plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações. *v) Risco de concentração de carteira de clientes:* As controladas diretas da Companhia possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas diretas da Companhia efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência. *vi) Risco de geração:* A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares e eólicos depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar e eólico, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita das controladas da Companhia. Com a sanção da Lei nº 15.269, de 2025, ficou determinado que os cortes de geração decorrentes de falta de demanda – classificados pelo agente regulador como "curtailment energético" – deixam de possuir respaldo legal para a abertura de processos de reembolso. Dessa forma, eventuais restrições impostas à produção de energia por motivos exclusivamente relacionados à insuficiência de demanda não poderão ser objeto de compensação financeira ou pleitos indenizatórios perante as instâncias regulatórias competentes. No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito. Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. *vii) Risco de não renovação da autorização e concessão: Parques Solares:* As controladas da Companhia detêm autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º – C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD). Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas às controladas da Companhia pelo Poder Concedente. Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para as controladas da Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados. *viii) Risco de taxa de juros:* Refere-se ao risco do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas. O Grupo entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. *ix) Risco de geração:* A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita das controladas da Companhia. No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito. Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. **Derivativos:** Durante os exercícios de 2025 e de 2024, o Grupo não negociou com instrumentos financeiros derivativos. **24. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa** – No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Atividades de investimento (Consolidado)	Notas	2025	2024
Variação do passivo de arrendamento		(6.370)	(1.685)
Adição de contratos de arrendamento	9	(661)	(1.405)
Variação dos passivos de arrendamento conforme demonstração do fluxo de caixa		(7.031)	(3.090)
Atividade de investimento (Controladora)	Notas	2025	2024
Resultado com equivalência patrimonial	7	129.306	83.563
Transações caixa			
Aumento de capital em investidas	7	(18.300)	(21.875)
Redução de capital em investidas	7	108.524	11.999
Total de transações caixa		90.224	(9.876)
Redução de capital não recebida	21	-	19.544
Aumento de capital	-	-	(2.000)
Distribuição de dividendo	7	9.086	1.767
Total de transações não caixa		9.086	19.311
Variação total do investimento		228.616	92.998

Carlos Gustavo Nogari Andriolli – Diretor – CPF: 861.403.379-68
Ricardo Motyoma de Almeida – Diretor – CPF: 220.287.038-57
Bruno Alvarez Fabozzi – Contador – CRC 1SP 291.800/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Rio Casca Energética S.A.** – Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Casca Energética S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Receita de venda de energia fornecida e não faturada:** As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente da geração e fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas conforme regime de compe-

tência, independentemente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura da energia gerada e disponibilizada pelas usinas, que se sucedem, em alguns casos, ao período de encerramento contábil. As controladas da Companhia utilizam como procedimento estimar o montante de venda de energia gerada e disponibilizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a efetiva receita de venda de energia. Conforme nota explicativa nº 5, o saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$19.084 mil nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de geração e fornecimento de energia, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos de auditoria em relação ao reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) compreensão e documentação do processo de estimativa e determinação dos montantes de receita de venda de energia fornecida e não faturada por parte da Diretoria; (ii) reconciliação do saldo de receita de venda fornecida e não faturada com os registros contábeis; (iii) comparação do valor estimado da receita de venda de energia fornecida e não faturada com o consumo médio real obtido através de relatórios disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no período subsequente e referente ao período anterior; e (iv) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada adotadas pelas controladas da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Debêntures e cláusulas contratuais restritivas ("Covenants")** Conforme divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a Companhia possui passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem debêntures emitidas pela Controladora no montante de R\$447.845 mil. Dada a natureza desta operação financeira, a Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos ("covenants"). Tais debêntures possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento de índices financeiros, apurados anualmente e medidos com base nas atividades da Companhia em 31 de dezembro. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, durante o exercício de 2025, dos índices exigidos em contratos e principalmente as consequências operacionais e de fluxo de caixa advindas desse tema. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos incluíram,

dentre outros: (i) avaliação do montante registrado da dívida com as informações disponíveis no site do agente fiduciário; (ii) revisão das escrituras de debêntures e dos aditivos contratuais; (iii) recálculo das memórias de cálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliando a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants quantitativos e qualitativos; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados

Rio Casca Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.597.979/0001-00

... continuação

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos

aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de abril de 2026.

Ernst & Young
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034.519/0
Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC-SP 294.991/0

